

A tradução decolonial no Brasil: o diálogo entre a tradição e a transmodernidade – vias à descolonização

Decolonial translation in Brasil: the dialogue between tradition and transmodernity – paths to decolonization

Gilmei Francisco Fleck ¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Fundação Araucária

Ady Sá Teles Santana ²

Universidade Estadual de Feira de Santana

Cristian Javier Lopez ³

Universidade de Pernambuco

Resumo: Neste texto, refletimos sobre o pensamento decolonial na América Latina e como este, lentamente, tem infiltrado, também, no tradicional campo da tradução – seja nos âmbitos da teoria, da crítica/análise de traduções e dos estudos sobre tradução, ou mesmo no campo mais restrito da prática tradutória –, rompendo parâmetros coloniais nesse campo de estudos e de suas ações práticas. O recorte necessário na ampla temática volta-se às ações de três universidades públicas brasileiras interioranas – não reconhecidas pelos estudos na área da tradução – em suas ações decoloniais. Nossa base teórica para as reflexões iniciais sobre este tema, novo na área, consideram as valiosas contribuições seminais de Fleck (2019); Berndt, Del Pozo González, Cerdeira (2021); Fleck (2023); Del Pozo González (2024); o considerável volume de teses e dissertações que integram o NeiHD/Feira de Santana-BA, bem como as práticas tradutórias decoloniais já efetuadas no Grupo “Ressignificações do passado na América”, por Fleck (2020; 2022), Del Pozo González (2023) e as mais recentes ações interinstitucionais neste campo acadêmico, promovidas pelos formuladores desta vertente de estudos e práticas tradutórias que aqui enfocamos. A pesquisa bibliográfica por nós feita e as análises abordadas revelam a relevância desta inovação na área da Tradução no Brasil como uma necessária via de descolonização para que a decolonialidade, enunciada por Castro Gómez e Grosfoguel (2007), possa, de fato, atingir aquelas áreas essenciais que a primeira descolonização – a territorial do século XIX – deixou intactas nas nossas sociedades oriundas do sistema colonial.

Palavras-chave: América Latina; Tradução decolonial; Transmodernidade; estudos decoloniais.

Abstract: In this text, we reflect on decolonial thinking in Latin America and how it has slowly infiltrated the traditional field of translation as well – whether in the spheres of theory, critique/analysis of translations and translation studies, or even in the more restricted field of translation practice – breaking colonial parameters in this field of study and its practical actions. The necessary focus within this broad theme turns to the actions of three Brazilian public universities in the interior of the country – not recognized by studies in the field of translation – in their decolonial actions. Our theoretical basis for the initial reflections on this theme, which is new in the field, considers the valuable seminal contributions of Fleck (2019); Berndt, Del Pozo

¹ Doutor em Letras pela UNESP, professor associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Cascavel-PR. Email: chicofleck@yahoo.com.br

² Doutora em Educação (Unini/México), Professora efetiva-Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: astsantana@uefs.br

³ Doutor em Estudos Literários pela UVIGO/UNIOESTE, professor adjunto na Universidade de Pernambuco, campus Petrolina. Email: cristian.lopez@upe.br

González, Cerdeira (2021); Fleck (2023); Del Pozo González (2024); the considerable volume of theses and dissertations that comprise the NeiHD/Feira de Santana-BA, as well as the decolonial translation practices already carried out in the Group "Resignifications of the Past in America," by Fleck (2020; 2022), Del Pozo González (2023) and the most recent interinstitutional actions in this academic field, promoted by the formulators of this strand of translation studies and practices that we focus on here. The bibliographic research we conducted and the analyses addressed reveal the relevance of this innovation in the field of Translation in Brazil as a necessary path of decolonization so that decoloniality, as enunciated by Castro Gómez and Grosfoguel (2007), can, in fact, reach those essential areas that the first decolonization – the territorial one of the nineteenth century – left intact in our societies originating from the colonial system.

Keywords: Latin America; Decolonial translation; Transmodernity; Decolonial studies.

Submetido em 25 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

Para entendermos a real relevância da necessidade de um olhar decolonial – descolonizador de mentes, práticas e exercícios de ações ainda colonialistas – na área da tradução no Brasil é importante lembrarmos de que a tradução – hoje vista por muitos intelectuais e atuantes da área como uma ponte, uma via de diálogo entre diferentes povos e culturas –, no início de suas ações no Ocidente, na época do Império Romano, foi uma das mais eficientes armas de domínio e de exploração de conhecimentos, absorvidos pelo poder dominante e apagados das comunidades subjugadas (Rodrigues, 1999). Aspectos essenciais dessa trajetória são apontados por nós nesta escrita para trazer à memória hodierna a necessidade de se repensar as bases epistemológicas e as práticas tradicionais empregadas nesse campo de estudos e atuações.

Outro fator essencial é expressarmos, no início de nossas reflexões, o *lócus* enunciativo que ocupamos e nossa inserção na temporalidade desta escrita. Enunciamos desde espaços universitários considerados periféricos no sistema educacional superior brasileiro: do interior dos estados do Paraná, do Pernambuco e da Bahia – como pesquisadores inseridos em contextos nos quais a tradução não é alvo dos holofotes da academia.

Nesse contexto, entretanto, observamos, com criticidade e com ações práticas, como esse âmbito segue controlado, majoritariamente, por preceitos tradicionais e por ações que, controladas pelas grandes editoras que comercializam as traduções literárias tanto no espaço nacional quanto fora dele, seguem ditando as normas do que e como se deve traduzir. Entra em cena, assim, o que nós consideramos o papel descolonizador das universidades públicas brasileiras que devem começar a repensar tanto as suas bases

teóricas eurocêntricas, quanto as suas práticas de inserção na sociedade para que estas, ao invés de manter em vigor a colonialidade – o cultivo na atualidade de preceitos do colonialismo –, tracem, lentamente, os rumos da decolonialidade.

Nossas reflexões, diferentemente do que tem sido expresso por muitos intelectuais europeus e mesmo latino-americanos, não se insere no contexto que se convencionou chamar de modernidade ou de pós-modernidade (Hutcheon, 1991), mas, sim, na temporalidade daquilo que os estudos decoloniais concebem como transmodernidade (Dussel, 1993; 2001; Grosfoguel, 2008). Desse modo, diante do conceito de modernidade – implementado pelas correntes ideológicas eurocêntricas do Norte Global, no intuito de seguir mantendo uma visão colonialista da experiência de subjugação de diferentes povos no século XV e XVI pelas monarquias europeias – e de pós-modernidade – um construto epistêmico proveniente do Norte Global nossos estudos e experiências escriturais e tradutórias vinculam-se à transmodernidade (Dussel, 2001). Essa denominação à temporalidade que hoje vivenciamos, e que aqui adotamos, não se atrela mais às conhecidas, divulgadas e quase universalmente aceitas concepções do tempo cronológico, linear e inexorável da história ocidental escrita pelos europeus – cujo domínio e caracterização originou-se das experiências dos colonizadores nos seus ataques às vivências outras dos povos que eles dominaram durante séculos – que não podem se desvincular do processo de colonização.

O conceito de transmodernidade, em discussão no Sul Global, atribuído à temporalidade, lança olhares à multiplicidade de experiências, saberes e histórias experienciadas também por aquelas tantas civilizações subjugadas e sacrificadas pelo poder colonizador. Ramón Grosfoguel (2008) explicita algumas das bases desse conceito, de acordo com o que Henrique Dussel (2001) preocupou-se em anotar em suas tantas reflexões. Desse modo, a

[...] transmodernidade é o projecto utópico que o filósofo da libertação Enrique Dussel propõe para transcender a versão eurocêntrica da modernidade (Dussel, 2001). Ao contrário do projecto de Habermas, em que o objectivo é concretizar o incompleto e inacabado projecto da modernidade, a transmodernidade de Dussel visa concretizar o inacabado e incompleto projecto novecentista da descolonização. Em vez de uma única modernidade, centrada na Europa e imposta ao resto do mundo como um desenho global, Dussel propõe que se enfrente a modernidade eurocentrada através de uma multiplicidade de respostas críticas descoloniais que partam das culturas e lugares epistêmicos subalternos de povos colonizados de todo o mundo (Grosfoguel, 2008, p. 139).

Assim como este conceito, outros atrelados ao processo histórico da formação das sociedades latino-americanas, nas quais a tradução foi elemento fundamental à formação de um pensamento colonial e de um legado epistêmico secular, serão abordados nesta nossa escrita, já que eles são fundamentais para que posamos conceber a relevância desta área no atual processo de enfrentamento ideológico entre as reminiscências do colonialismo – na colonialidade vivenciada pelos países latino-americanos ainda na atualidade – e a necessária segunda descolonização – a decolonialidade (Castro Gómez; Grosfoguel, 2007) – que se projeta no futuro dessas comunidades transculturais.

Estruturamos nosso texto, junto a esta introdução, em quatro seções. Nelas, tratamos desde os conceitos básicos, porém relevantes à abordagem que damos à tradução nesta escrita, quanto aspectos históricos, teóricos e práticos relacionados aos estudos, à teoria e à prática da tradução no Brasil.

1. A colonização, a colonialidade e a decolonialidade: processos históricos da formação das sociedades na América Latina – um espaço histórico, geográfico e social no qual a tradução se fez relevante

A colonização refere-se ao processo de expansão territorial empreendido por certas coroas europeias, no final do século XV, e que se estendeu ao XVI, por meio do qual essas potências europeias dominaram e subjugaram diferentes povos em distintos espaços geográficos da Ásia, África e América. Da ação europeia de colonização – ato de se apossar de terras e gentes fora de seus domínios políticos e explorá-los para a obtenção de lucros – nasceu o colonialismo: um sistema social, político, ideológico e econômico que se estruturou sob as bases do racismo, do sexismo, do patriarcalismo e do escravagismo.

Tal ação deu-se sob o lema da “unidade e pureza” (Santiago, 2000) e com base na “retórica da modernidade/civilidade” (Mignolo, 2017a). Essa retórica assegurava às “nações modernas” europeias o direito ao domínio sobre aquelas populações consideradas, nesta perspectiva, “bárbaras”, “atrasadas”, “incultas”. Tal discurso gerou, pois, o “tom” de aceitabilidade frente às atrocidades cometidas pelo colonialismo, entre elas destacamos o ato de

[...] classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias

do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias. As línguas que não eram aptas para o pensamento racional (seja teológico ou secular) foram consideradas as línguas que revelavam a inferioridade dos seres humanos que as falavam (Mignolo, 2017b, p. 18-19).

No Brasil, a colonização estendeu-se por 322 anos, período sob o qual as terras e as nações autóctones estiveram sob o domínio português que aqui exerceu o absoluto poder sobre terras e gentes. Um exemplo disso é o fato de que nosso território foi o último na América a conceder liberdade aos escravizados africanos. O trânsito entre diferentes línguas fez-se essencial ao longo de todo o processo histórico americano que promoveu, dentro do processo de colonização, a hibridação de povos e culturas nesse espaço geográfico. Com relação ao papel da interpretação na subjugação dos povos originários da América pelos europeus, Stephen Greenblatt (1991, p. 12) é um dos estudiosos que destaca a relevância desse ato ao mencionar que “*Montezuma had no one who was even remotely the equivalent of Cortés’s loyal bilingual informants and go-betweens, Geronimo Aguilar and the indispensable Doña Marina*”⁴. Assim, a conquista do Império Asteca pelos espanhóis, por exemplo, deu-se, entre outros fatores, pelo poder da tradução/interpretação, assim como isso se deu em várias outras ocasiões.

Segundo expressa Pagano (2000, p. 158), mesmo na condição hodierna, vivemos ainda os efeitos naturais dos “deslocamentos” provocados pela colonização, “tais como a escravidão, a migração, o exílio e a subordinação”. A princípio da colonização, a interpretação foi meio essencial de comunicação entre os povos que aqui se enfrentavam. Ela foi empregada pelo poder colonizador para a subjugação dos povos originários e a sua aculturação. Exemplos disso estão registrados nos apontamentos de Cristóvão Colombo (Varela, 1997) e outros cronistas em relação à vinda de religiosos em sua segunda viagem às terras do Caribe, em 1493. Menções à necessidade de aprender as línguas dos povos autóctones também constam da *Carta de Achamento* ([1500] 2019), de Pero Vaz de Caminha, quando anuncia ao rei de Portugal que essa será uma das incumbências dos degredados que a frota deixaria no território.

Já na efetivação do povoamento europeu na América, a vinda de religiosos da Europa ao território em ocupação, no início da colonização, deu-se com o intuito de fazê-los internar-se nas comunidades autóctones, aprender as línguas originárias daqui para,

⁴ Nossa tradução: “Montezuma não tinha ninguém que sequer se aproximasse dos leais informantes bilíngues e intermediários de Cortés, Gerônimo Aguilar e a indispensável Dona Marina”.

assim, convertê-los ao cristianismo. Aos Freis Ramón Pane e Las Casas coube essa tarefa no Caribe, e no Brasil, ela ficou por conta dos Jesuítas, com destaque a Anchieta, que contou com o apoio imprescindível dos “meninos-língua”: crianças órfãs recolhidas das ruas de Portugal que foram trazidas ao Brasil para as primeiras escolas jesuíticas de Salvador e São Paulo.

Na sequência dessa colonização, tivemos o início do que hoje chamamos de colonialidade, ou seja, a permanência, cultivo e defesa dos preceitos colonialistas após os períodos de independência das nações latino-americanas. Isso ocorreu, no Brasil, já no ano de 1822, quando a independência do Brasil é declarada pelo próprio filho do rei português que aqui assumiu o comando político como o primeiro imperador do Brasil: D. Pedro I. Esse período imperial – que durou 67 anos – não alterou em nada a estrutura escravagista, colonialista que sustentou a elite escravocrata remanescente da colônia até próximo à Proclamação da República e, inclusive, nela, depois, dando, assim, livre passo à colonialidade, ou seja: à preservação do colonialismo em espaço antes colonizados.

Segundo Mignolo (2017b, p. 13), “[...] ‘colonialidade’ equivale a uma ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade”. Na síntese que Uber (2022, p. 43) estabeleceu desse pensamento, vemos que esse modo de pensar instaurou uma sociedade nas colônias americanas que buscou afirmar “uma estrutura de controle e administração de autoridade, economia, subjetividade e normas de relações de gênero e sexo, que eram conduzidas pelos europeus [...]” (Mignolo, 2017a, 4-5).

Como comenta Rohde (2022, p. 234), é importante ressaltarmos que o termo “colonialidade” foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos de 1980, cuja proposição convida-nos a problematizar os séculos de colonização de modo a refletirmos acerca da inexistência de uma completa descolonização, não apenas territorial e política, mas, também, das mentes, das identidades e do imaginário. A territorialização empreendida pelo colonialismo, desde o século XV, estendeu-se do espaço geográfico ao espaço mental – pensamento – e ao imaginário, sendo, pois, necessário desterritorializar esses espaços e reterritorializá-los com as essências latino-americanas ainda na contemporaneidade.

Nessa época – na qual a Europa vivia intensamente a era romântica –, por sermos considerados um território independente, começaram a se projetar as primeiras produções

literárias nas quais se nota um certo tom de nacionalismo. Entre elas está a escrita dos primeiros romances em terras brasileiras. Não é nenhuma novidade que esse feito literário, da década de 1840, é decorrente, no Brasil, das traduções dos folhetins franceses nos jornais da época.

Conforme esclarece Del Pozo González (2024, p. 19),

[...] a trajetória da escrita romanesca no Brasil inicia-se a partir da influência do modelo romanesco francês, recepcionado por meio da tradução do romance *Le capitaine Paul* (1843), de Alexandre Dumas, traduzido no Brasil para o português e publicado no mesmo ano de seu lançamento na França. É, contudo, entre 1843 e 1844, que são publicados os dois primeiros romances brasileiros.

É, pois, no processo de manutenção dos princípios colonialistas, cultivados pela elite imperial do Brasil que surgem, como decorrência da tradição francesa, os primeiros romances no Brasil: “*O filho do pescador* (1843), de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa e *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo. Todavia, nessa época, no Brasil, a escrita romanesca não teve aceitação geral e a sua produção foi abandonada, sendo retomada a partir de 1850” (Del Pozo González, 2023, p. 18). Essa realidade, todavia, seguia outro curso nas colônias hispânicas na América, pois, no México, temos

[...] a produção romanesca, a partir do início do século XIX – mais precisamente a partir de 1816, com a publicação de *El Periquillo Sarniento*, de Fernández de Lizardi –, [modalidade que] seria amplamente produzida e consumida, sendo impulsionada por distintos fatores, com destaque para os político-sociais que emolduraram, em especial, os processos de independência na América Hispânica (Sommer, 2004) (Del Pozo González, 2024, p. 18).

Esse primeiro romance escrito na América Latina, em 1816, por Fernández de Lizardi, de teor crítico e satírico frente à elite colonizadora do México – com profundas reflexões sobre a necessidade de liberdade e independência – movia o povo colonizado às ações independentistas. Tal fato, seguro, contribuiu para que a obra de Fernández de Lizardi (1816) não integrasse no rol das traduções no Brasil que, da colônia passou ao regime monárquico, cujo poder foi controlado pela mesma família portuguesa que antes colonizou o território. Essa realidade colonialista – que limitou e controlou o processo de tradução no Brasil – só mudou no ano de 2023, quando, em uma ação decolonial do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização” – no início

ainda da implementação dos princípios da tradução decolonial, gestados por integrantes do mencionado Grupo – decidimos nos lançar ao hercúleo trabalho de estudo e tradução do mencionado romance de Fernández de Lizardi, quase 200 anos depois de sua publicação.

Assim, a colonialidade refere-se à manutenção, na atualidade, dos preceitos colonialistas advindos do processo de expansão territorial empreendido por certas coroas europeias, no final do século XV, e que se estendeu ao XVI, por meio do qual essas potências europeias ainda hoje dominam e subjagam diferentes povos em distintos espaços geográficos, tanto no continente africano, como no asiático e no americano. Hoje, as nações colonizadoras europeias não ocupam, declaradamente, as terras, mas seguem dominando, pela infiltração de suas produções teóricas, artísticas, ideológicas etc. os espaços das mentes, das identidades e do imaginário dessas comunidades que, lentamente, despertam para essa realidade.

Tal ação deu-se, desde a colonização, sob o lema da “unidade e pureza” (Santiago, 2000), espalhada por meio de um discurso que preconizava a superioridade europeia. Essa autoatribuição de superioridade deu aos detentores desse poder colonialista o direito ao domínio sobre aqueles sujeitos considerados “bárbaras”. Essa retórica gerou, pois, o “tom” de aceitabilidade, inclusive nos colonizados, frente às atrocidades cometidas pelo colonialismo.

A colonialidade, como nós a conhecemos, trouxe inúmeras dificuldades e problemas para a formação da sociedade brasileira. Foi pela implementação da colonialidade no Império do Brasil que o homem europeu seguiu, como na colonização, autodefinindo-se como superior aos habitantes originários que aqui viviam e seus descendentes, assim como dos africanos escravizados trazidos por eles ao território, onde foram comercializados como objetos e animais.

A formação social e cultural do Brasil deu-se de forma truculenta e desrespeitosa com relação a todos os habitantes originários e os africanos introduzidos à força no território. Os colonizadores das terras brasileiras que aqui chegaram tomaram posse do território e afrontaram as comunidades nativas que viviam em seus espaços naturais com a cultura de subsistência sem explorar o meio ambiente. Os invasores formaram suas fazendas, ocupando os espaços naturais das terras brasileiras para explorá-las com o uso da força bélica contra os povos originários e os negros que foram escravizados tornando-se a força motriz da geração de lucros para a metrópole colonizadora.

Já nas nascentes Repúblicas Latino-americanas do início do século XIX – ou mesmo, no período imperial no Brasil (1822-1889) – a concentração do poder político, econômico e cultural centrou-se nas famílias “crioulas” – formadas de descendentes europeus aqui nascidos. Para eles, traduziram-se tão somente aqueles “modelos adequados” à constituição de uma “arte parasita” (Santiago, 2000) para que essas obras seletas atuassem não somente como modelos, mas como parâmetros determinantes da produção literária, agindo desde o centro mesmo dos nascentes polissistemas literários (Even-Zohar 1990) dos países independentes da América Latina.

Centradas e controladas pelas forças e pelo poder colonialista, as capacidades da tradução e da interpretação foram absolutamente direcionadas na fase colonial e, altamente manipuladas nas fases subsequentes de nossa história – A Era Imperial – para, dessa maneira, enraizar aqui as ideologias, valores, hábitos e costumes cultivados nas próprias metrópoles colonizadoras. Nesse sentido, na produção artística romântica na América Latina,

[...] a fonte se torna a estrela intangível e pura que, sem deixar-se contaminar, contamina, brilha para os artistas dos países da América Latina, quando estes dependem de sua luz para seu trabalho de expressão. Ela ilumina os movimentos das mãos, mas ao mesmo tempo torna os artistas súditos de seu magnetismo superior (Santiago, 2000, p. 21).

Essa produção literária/artística latino-americana, oriunda da cópia do modelo europeu – traduzido e difundido entre nós – sustentou, aqui, as reminiscências do colonialismo por séculos. Esse domínio dos valores, dos hábitos, dos costumes e das tradições europeias sobre o nacional/local também se fez evidente quando, em algum momento do século XX, iniciaram-se as traduções da literatura brasileira para outras línguas, sendo a nossa produção consumida como “exótica”.

A forte influência da tradução do cânone europeu na nossa produção local de literatura, destaca-se com os folhetins franceses, que, mais adiante, deram origem às primeiras escritas romanescas em nosso território, como já apontamos. Contudo, o primeiro romance escrito em terras conquistadas na América Hispânica – *El periquillo sarniento* (1816), do mexicano Jose Joaquín Fernández de Lizardi – com traços firmes de expressão anticolonialista, careceu de tradução ao português até 2023. Já o primeiro

romance histórico escrito em terras Hispano-americanas, em 1826 – *Xicoténcatl*⁵, de autor anônimo – supostamente outro mexicano –, cujo tom crítico aos colonizadores é excepcional para a sua época de escrita, foi traduzido ao português por nós, pela primeira vez, apenas em 2020. De acordo com Del Pozo González e Fleck (2024, p. 4),

[...] o século XIX, para a América Latina, foi um momento de busca pela consolidação dos territórios das novas nações. [...]. *El Periquillo Sarniento* (1816) e *Xicoténcatl* (1826) fazem parte desse conjunto de romances, cada qual com estilo próprio. O romance de Fernández de Lizardi visa fazer críticas ao sistema colonial para poder construir uma nação melhor/ideal, e, líder na América Latina. O romance anônimo utiliza sua narrativa para dignificar o passado glorioso autóctone, criticar os registros da história das crônicas e afirmar que o futuro da nova nação mexicana está na aceitação da mestiçagem e o cultivo das virtudes[...]. Desse modo, observamos que o teor crítico discursivo nas duas obras inaugurais da escrita romanesca na América Latina é contundente.

Processo semelhante de invisibilização de obras relevantes à história da Literatura na América passa com o primeiro romance escrito sobre o “descobrimento da América”, por Cooper, em 1840, uma das únicas obras de Cooper sem tradução ao português, e o primeiro romance dessa temática – *Columbus and Beatriz*⁶ – escrito por uma mulher – Constance Goddard DuBois – em 1892 –, que reivindica o valor e a importância da mulher na história, só traduzido por nós em 2022.

Desse modo, vemos que

[...] o processo colonial inicial projetado para “modernizar”, cristianizar e civilizar o mundo, transformou-se no último quartel do século 20 em um processo que objetivava “mercadizar” o mundo, e não mais civilizá-lo ou cristianizá-lo. Nesse domínio global, a colonialidade continua a ser uma silenciosa e anônima força motriz de modernização e de mercado (Mignolo, 2003, p. 300).

É a partir dessa conscientização dos latino-americanos a respeito do processo colonizador europeu do final do século XV, com suas extensões à contemporaneidade – na forma da colonialidade do poder, do saber e do ser –, que se torna necessário refletir,

⁵ ANÔNIMO. *Xicoténcatl*. Edición, estudio preliminar y notas de Gustavo Forero Quintero. Madrid: Vervuert, [1826] 2012.

ANÔNIMO. *Xicoténcatl*: o primeiro romance histórico latino-americano. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020.

⁶ DUBOIS, C. G. *Columbus and Beatriz*. Chicago: A. C. McClurg and Company, 1892.

DUBOIS, C. G. *Colombo e Beatriz*. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2022.

também, sobre o processo/conceito de descolonização, incluindo, nesse contexto, o poder da tradução.

A tradução, nesse contexto histórico e temporal do início da colonialidade no Brasil – Era Imperial – voltava-se, com exclusividade, à moda elitista cultivada nas grandes metrópoles europeias. Obras de teor crítico à colonização e à colonialidade, produzidas no espaço latino-americano da época – como *Periquillo Sarniento* (1816) e *Xicoténcatl* (1826) – nunca estiveram entre as prioridades das agendas de grandes editoras e das renomadas universidades brasileiras até os dias atuais. Este é um fato incontestável que revela o percurso tradicional/colonial que a área tem percorrido em nosso país, e a necessidade de descolonizar mentes, identidades e imaginários ainda em nossa atualidade. Desse modo,

[...] ao lançarmos luz sobre escritas de(s)coloniais como *Xicoténcatl* ([1826] 2020), sobretudo por meio da sua disponibilização à língua portuguesa, e invertermos a regra de hierarquização do conhecimento ocidental [...]. Tal processo de reversão concretiza-se porque, conforme têm apontado estudos recentes do RPA, o romance histórico transita entre duas epistemes: literatura e história. E, ao optar pela opção de(s)colonial na sua construção literária, romances históricos como esse primeiro latino-americano inserem-se também no campo da descolonização epistemológica, promovendo outros tipos de desprendimento (Berndt, Del Pozo González; Oliveira; Candido, 2023, p. 292, 293).

É frente a realidade da colonialidade que vivem as nações latino-americanas no contexto hodierno – desconhecendo a relevância de obras vitais no processo de posicionamento crítico dos colonizados frente às metrópoles colonizadoras – que Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 17) explicitam que

[...] uma implicação fundamental da noção de ‘colonialidade do poder’ é que o mundo não foi completamente descolonizado. A primeira descolonização (iniciada no século XIX pelas colônias espanholas e seguida, no século XX, pelas colônias inglesas e francesas) foi incompleta, pois se limitou à independência jurídico-política das periferias. Em vez disso, a segunda descolonização – à qual nos referimos como sendo a categoria de decolonialidade – terá que abordar a heterarquia de múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intacta. Como resultado, o mundo do início do século XXI precisa de uma decolonialidade para complementar a descolonização realizada nos séculos XIX e XX. Ao contrário dessa descolonização, a decolonialidade é um processo de ressignificação de longo prazo, que não pode ser reduzido a um acontecimento jurídico-político.

Assim, essa segunda ainda necessária descolonização – a decolonialidade – precisa ser implementada também nos espaços consagrados das universidades na América Latina. Rompimentos nesses alicerces tradicionais no Brasil, incluindo-se nesse contexto o universo da tradução ainda são raros e pouco visibilizados, mas não mais inexistentes como foram até o final do século XX. As discussões sobre as teorias da decolonialidade e as necessárias ações decoloniais decorrentes delas no contexto das ex-colônias na América Latina têm impulsionado pesquisadores das universidades públicas brasileiras interioranas a se posicionarem criticamente frente a essa realidade e agirem, decolonialmente, em prol de uma revitalização e renovação nesse campo de estudos e de atuação profissional em nosso país.

Esse movimento decolonial no âmbito da tradução não é contrário à tradição teórica ou às práticas convencionais de ação tradutória, mas, sim, advoga por uma instância de diálogo entre esse universo consolidado de poder e autoridade – do qual, sem dúvidas somos ainda dependentes e usuários – para que outras vozes possam também emergir. Isso é necessário para que as produções literárias antes invisibilizadas pelos poderes colonialistas possam ser reconhecidas como fulcrais à história da literatura na América Latina, sendo, assim, alvo e interesse das instituições que ensinam, divulgam e promovem a tradução em nosso território, como centros de excelência.

2. A tradução: um campo de poder

Em nossa concepção, a tradução, hoje, consiste e uma das vias privilegiadas de colocar em diálogo diferentes culturas e seus agentes e de aproximar espaços e tempos diferentes, a partir da mediação linguística operada pela ação de um ou mais sujeitos habilitados a transitar pelas vias de comunicação possíveis entre as diferentes comunidades envolvidas nesse processo. Ela é, sem dúvidas, um exercício de poder, cujo potencial atravessa todas as dimensões do processo, desde a escolha da obra a ser traduzida (de que língua meta a que língua alvo), do sujeito/tradutor, das técnicas empregadas no efetivo transitar das culturas em diálogo até sua divulgação e ou comercialização.

Além disso, consideramos a tradução como um ato de desconstrução (Derrida, 1967), tendo em vista que traduzir ultrapassa os limites da decodificação de palavras e se constitui enquanto uma transgressão da escrita, possibilitando a reinvenção do ato tradutor como uma escritura que se confunde com outra já existente, latente e visceral. A

escrita tradutória constrói um universo paralelo onde podemos identificar dois mundos que se coadunam pela palavra/texto, perpassando as diversas possibilidades de interpretação discursiva. Assim, a “genialidade” de um (autor) não conduz mais o outro a ser sombra invisível (tradutor), pois, tanto o talento de um quanto o do outro são vitais nos diferentes artefatos culturais que são produzidos.

Nessa concepção, o tradutor é um profissional que, *a priori*, deve ser um exímio leitor, possuidor das habilidades para se comunicar em diferentes línguas. Embora isso pareça bastante subjetivo, é imprescindível que o tradutor seja um sujeito capaz de se posicionar em diferentes contextos de recepção para, a partir desse *locus* experiencial, projetar possibilidades de aceitabilidade de sua ação tradutória. Essa deveria ser não somente profissional, mas sempre ética, embora haja uma série de condicionantes que incidem sobre esse fazer que, em muitos casos, ultrapassam as fronteiras daquilo que, nesse processo, compete ao tradutor.

Tais habilidades foram usadas de forma precisa pelas nações europeias invasoras da América para alcançar o sucesso de sua empresa colonizadora, com estratégias herdadas historicamente. Destacamos, assim, nestas reflexões, o quanto se valeu o sistema colonial da capacidade de “interpretação” e da “tradução” de certos sujeitos, tanto brancos quanto autóctones, para concretizar seus propósitos colonialistas, comprovando o poder, inclusive de subjugação, da interpretação e da tradução nas relações entre povos e culturas. Algo que não foi inédito na história Ocidental, pois, conforme retoma Rodrigues (1999) – em seu texto “Os limiares da crítica da tradução na pós-modernidade” (1999) – essa prática é oriunda, de fato, das ações invasoras e dominadoras efetivadas séculos antes pelo Império Romano.

Para uma visão da trajetória secular da tradução no Ocidente, Rodrigues (1999) remonta sua perspectiva à época do Império Romano e destaca: “[...] para os romanos, traduzir significava apropriar-se dos elementos filosóficos e/ou literários da cultura grega e incorporá-los na própria cultura latina, sem importar-se com as características lexicais ou estilísticas do texto original” (Rodrigues, 1999, p. 124). Assim, já àquela época revelava-se o “imperialismo linguístico e cultural latino que, que no seu modo de ver, despreza a forma estrangeira, mas se apodera do conteúdo para dominá-lo na nova forma da língua latina” (Rodrigues, 1999, p. 124).

Nessa perspectiva surge a primeira grande premissa da tradução colonizadora em nossa cultura: “é a língua alvo – o latim – que dita as regras” (Rodrigues, 1999, p. 124).

Os estudos de crítica de tradução, feitos pela equipe de acadêmicos da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS/BA, integrantes do “Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (NeiHD)”, revelam o quanto essa premissa inaugural da tradução no Ocidente mantém-se vigente nos empreendimentos de tradução da literatura brasileira a outras línguas no século XX e XXI, quando se analisa o procedimento adotado em relação aos Marcadores Culturais (MCs) (Aubert; 1995; 2006) presentes nos romances brasileiros traduzidos ao inglês, espanhol e francês, conforme comprovam os estudos de Nascimento (2018)⁷; Costa (2020)⁸; Bento (2020)⁹; Santana (2021)¹⁰; Santos (2021)¹¹; Silva (2021)¹²; Soares (2021)¹³; Antunes (2022)¹⁴; Aquino (2022)¹⁵ e Freitas (2025).

Ações de conscientização sobre a importância da tradução, sua análise linguística-discursiva, os meandros de sua tessitura – aplicação de procedimentos específicos, em especial o emprego da domesticação ou da estrangeirização (Venuti, 1992; 1995; Berman, 2007) como estratégias de passagem de informatividade de uma língua à outra – são, da mesma forma, ações decoloniais, cultivadas e executadas no âmbito do NEIHD/UEFS-Feira de Santana, em especial com relação às obras de Jorge Amado traduzidas ao espanhol, francês e inglês. Os resultados das análises de tradução feita pela equipe de pesquisadores da UEFS, acima mencionados, revelam que, majoritariamente, os tradutores de literatura brasileira a outras línguas acabam priorizando os procedimentos de domesticação em detrimento da estrangeirização, ainda em ações contemporâneas de tradução.

⁷ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dOCZvFriRY8IUAN3gcGIe4G9jq9cATRM/view>. Acesso em 03 nov. 2023.

⁸ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jC9ikH6aUaq-ZnZYhJ6gx6Oz7NpjryRz/view>. Acesso em: 04 nov. 2023.

⁹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LJxufRIYcvGYpJgSJAo4tltfTnxJHRz/view>. Acesso em 03 nov. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1W8GgDYd2JVO5BcHDLX5P4n93x9YWt6UZ/view?usp=sharing>. Acesso em 04 nov. 2023.

¹¹ Disponível em: www.ppgel.uefs.br.

¹² Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1g_C9y2KPT5UYg1PYu806m5pbYDIrdebo/view. Acesso em: 03 nov. 2023.

¹³ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/108-spQdAfWL2ssKrf5IMKVMJHf58RQGt/view>. Acesso em: 06 nov. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XzAQcoFSQ7zwDz03li3xSb0tLheHrDqn/view>. Acesso em: 03 nov. 2023.

¹⁵ Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Assim, mais uma vez se evidencia que as relações de poder estão presentes no processo tradutório, tal qual menciona Bassnett (2003). Precisamos, pois, entender que “nosso papel como tradutores latino-americanos é o de estarmos cientes das desigualdades que marcaram a história das nossas produções literárias e, no processo de tradução, estabelecer a mediação entre estes polos” (Fleck; Del Pozo González, 2020, p. 23). Conforme Pagano (2000), a tradução é uma ferramenta que auxilia na descolonização desafiadora do poder, habilitando a voz da cultura oprimida. Rodrigues (1999) lembra-nos que a tradução pode ser utilizada para confrontar as relações de poder nos textos traduzidos, porque *“the study and practice of translation is inevitably an exploration of power relationships within textual practice that reflects power structures within the wider cultural context”*¹⁶ (Álvarez; Vidal, 1996, p. 1). Portanto, podemos fazer do nosso ato tradutório um ato político, ao nele fazermos evidentes os poderes que estão implícitos no texto e mostrarmos como a cultura oprimida é nele representada. Em consequência, como tradutores, devemos estar cientes do nosso lugar, o “entre-lugar [...] latino-americano” (Santiago, 2000), a partir do qual enunciamos e sabemos o que traduzir, por que e para que fazê-lo. Assim, assumimos esse poder com muita responsabilidade, valendo-nos das possibilidades múltiplas de estabelecer a “mediação tradutória” – estratégias de elucidação das camadas mais profundas do texto alvo (TF) ao leitor da língua meta (TT).

Isso é possível sempre? A resposta é clara: não, porque a tradução está hoje – como sempre esteve – atrelada, também, ao poder colonialista/capitalista que seleciona o que traduzir e, muitas vezes, inclusive, ditas as regras dessa ação. Daí a importância dos estudos e práticas de tradução feitos no âmbito acadêmico. É nesse espaço de atuação, enunciação e poder que aquelas vozes/obras relegadas ao apagamento, esquecimento e emudecimento podem ressurgir e, quem sabe, desafiar o poder instituído.

A inexistência de certas traduções no âmbito da língua portuguesa – especialmente aquelas produzidas em solo americano que são marcos históricos de enfrentamentos aos cânones eurocêntricos aqui estabelecidos – é notável. Conhecemos, desde o espaço escolar, as obras canônicas do barroco, do realismo/naturalismo e do romantismo europeus – traduzidos ao português –, contudo, quando se trata do Modernismo, podemos pedir à maioria dos brasileiros que, seguramente, reportar-se-iam à Semana da Arte

¹⁶ Nossa tradução: “O estudo e a prática da tradução são inevitavelmente uma exploração das relações de poder dentro da prática textual, que refletem as estruturas de poder dentro do contexto cultural mais amplo”.

Moderna, de 1922 (movimento tardio do Modernismo na América Latina). As obras do nicaraguense Rubén Darío, *Azul* (1888)¹⁷, que implementaram essa escola estética literária no Ocidente, são, absolutamente, desconhecidas em nosso meio. É a colonialidade que se manifesta em todo seu vigor.

A literatura traduzida, de acordo com Even-Zohar (1990), forma, *per se*, um sistema próprio dentro do polissistema literário de uma nação. De acordo com o pesquisador, o comportamento desse polissistema específico – formado pelas obras traduzidas a certo idioma – é muito ativo e o lugar que ele pode ocupar dentro do polissistema meta será o centro mesmo dele ou, também, pode vir a se manter na sua periferia. Conforme menciona o pesquisador, se a “*translated literature maintains a central position in the literary polysystem means that it participates actively in shaping the center of the polysystem*”¹⁸ (Even-Zohar, 1990, p. 46). Segundo Del Pozo González (2022),

[...] a literatura traduzida, quando alocada no centro de um polissistema em formação, contribui, mais incisivamente, para modelar as expressões literárias nacionais ao lhe proporcionar novos modelos, repertórios, recursos e características expressivas, técnicas e recursos escriturais, ideologias, estruturas modulares ou padrões composicionais, entre outros aspectos da produção literária.

Essa força modeladora das obras traduzidas em nosso polissistema deu-se pela tradição literária europeia, já que as obras relevantes da história da literatura hispano-americana nunca encontraram acolhida em nossas editoras e nem nas renomadas universidades brasileiras que são referência em estudo de tradução no país. Inegavelmente, esse é um traço de colonialidade, de preservação do colonialismo, que carregamos em nossa história, desde a Era imperial até os dias de hoje.

Nessa perspectiva, o teórico (Even-Zohar), segundo aponta Martins (2017, p. 114), é contrário à linha geral de pensamento

[...] de tratar as obras literárias traduzidas individualmente, como práticas isoladas. Even Zohar postula que o conjunto da literatura traduzida deve ser observado de forma inter-relacionada, investigando-se as traduções na sua relação sistêmica com o polissistema literário circundante. O conjunto de um dado polissistema literário formaria, assim, um sistema próprio, cuja importância é ressaltada por meio do

¹⁷ DARÍO, Rubén. *Azul*. Buenos Aires: Editora Espasa-Calpe Argentina, 1957.

¹⁸ Nossa tradução: “A literatura traduzida mantém uma posição central no polissistema literário, o que significa que participa ativamente na formação do núcleo do polissistema”.

argumento de que nenhum observador de histórias literárias pode deixar de levar em conta o impacto das traduções e da sua função na sincronia e diacronia de uma dada literatura.

Diante dessa realidade, alguns empreendimentos de práticas tradutórias decoloniais no âmbito do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América” já estão materializados e outros estão em pleno andamento. Nelas buscamos, sempre, uma ação tradutória participativa – projeto de iniciação científica, dissertação, tese, cursos de extensão com vistas à formação de tradutores, críticos de tradução e prática tradutória grupal –, ação que amplia os horizontes, forma leitores, promove a escrita acadêmica reflexiva e teórico-crítica, constituindo-se, dessa maneira naquilo que nós chamamos de “vias à descolonização”, ou “projetos decoloniais”.

A partir disso, podemos voltar nosso olhar a uma prática diferenciada da tradução – a decolonial – e como ela pode ser, hoje, via da necessária descolonização das mentes, das identidades e do imaginário latino-americano. Esse é um passo ainda necessário na atualidade pelo empreendimento de práticas de tradução que se voltem a projetos literários estéticos decoloniais, produzidos no espaço das colônias americanas, mas que, infelizmente, nunca tiveram grande circulação entre os países do próprio continente, por não terem sido traduzidas.

3. A tradução decolonial: características essenciais e organizacionais

A tradução decolonial é uma ação de prática tradutológica que se volta, exclusivamente, a textos de real valor histórico e social, cujo teor discursivo e ideológico que as perpassa provoca os enfrentamentos entre as ações colonialistas do passado, as que se mantêm no presente da colonialidade e as possíveis alternativas para que a sociedade se liberte delas, por meio de vivências da decolonialidade, no intuito de promover o giro decolonial, tornando-se, assim um “sujeito decolonial”. Nesse sentido, esclarecemos que

[...] faz-se sujeito decolonial quem é capaz de tomar esse poder [da leitura e da escrita] para biografar-se e nomear a si e ao mundo em sentido oposto à nomeação do dominador. [...]. Tomando a palavra exercem um contra-poder. Eles partem do lugar destinado ao colonizado e se insurgem, e fazem isso em consonância com outras experiências em curso na América Latina e no mundo (Peixoto; Figueiredo, 2018, p. 152).

Para a prática efetiva da tradução decolonial, estabelecemos algumas diretrizes básicas que revelam a natureza dialógica da ação e os encaminhamentos organizacionais de implementação, continuidade e finalização das atividades. Esses direcionamentos são discutidos entre os membros que compõem a equipe que se dispõe à prática. No contexto das nossas experiências, as dinâmicas são coordenadas por integrantes da célula do Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, em ações intergrupais e interinstitucionais.

Dentre essas diretrizes básicas, podemos destacar os seguintes preceitos que, a seguir, expomos:

- Concebemos a prática da tradução decolonial como uma das atividades a serem desenvolvidas nos espaços das universidades públicas da América Latina, pois, majoritariamente, a escolha das obras a serem traduzidas sob esse viés crítico e contra colonial, não tem o apelo comercial que leve editoras privadas a incorporá-las em sua agenda de interesses. Uma tradução decolonial é, dessa maneira, um retorno do investimento na Educação pública que a comunidade acadêmica oferta para um amplo contingente que, assim, pode ter acesso ao legado cultural de seu povo.

- Caracterizamos a tradução decolonial como uma ação acadêmica grupal, participativa e colaborativa (de preferência interinstitucional), já que o resultado requer múltiplas habilidades. Essas vão desde a análise teórica e crítica do objeto – com a produção de um texto que deve ser incorporado ao volume final, para torná-lo inteligível ao leitor do presente na língua meta –; às práticas tradutórias em si – realizadas por uma equipe tanto de sujeitos habilitados como de outros em habilitação para o exercício tradutológico –; até as mais variadas experiências de leitura. Essas leituras experimentais do manuscrito – com apontamentos ao longo do texto traduzido sobre impressões de leitura. Essas notas podem ser incorporadas ao texto final em rodapés. Elas devem ser feitas por diferentes sujeitos inseridos na comunidade cultural da língua meta. Essa ação revela à equipe produtora um certo nível de aceitabilidade na comunidade receptora antes da publicização da obra traduzida e dos estudos nela incorporados.

- Seguimos, na prática tradutória decolonial, a lógica apontada por Spivak (2002), Sales Salvador (2006) e Pagano (2000) de que o(a) tradutor(a) precisa estar ciente do seu lugar de enunciação e de saber que, nele, possui o poder de se posicionar e de se fazer ouvir. Nesse sentido, a tradução envolve o posicionamento crítico de quem a exerce,

oportunizando-lhe enunciar de uma ou de outra margem do poder, “portanto, podemos fazer da nossa prática tradutória um ato político decolonial, ao nela fazermos evidentes os poderes que estão implícitos no texto e mostrarmos como a cultura oprimida é nele representada” (Fleck, 2023, p. 256). Desse modo, dificilmente essa será uma tradução comercial, mas, sim, uma prática tradutória acadêmica, efetuada colaborativamente e supervisionada por um profissional habilitado em tradução, que será o coordenador das diferentes atividades grupais.

- Adotamos o emprego do conceito de “affidamento” (Sales Salvador, 2006) ao longo do exercício transcultural no qual a tradução decolonial se configura para nós nesse viés. Entendemos que o conceito e a prática do “affidamento” estão relacionados com o fato do(a) tradutor(a) estar ciente da existência da alteridade/ética, na concepção que dela tem Henrique Dussel (2001), na qual o Outro é transcendental, irreduzível e se apresenta como um rosto que demanda uma responsabilidade. Aplicar isso no ato tradutório implica identificar-se com o texto do outro, compreender o que expressa ou sente o outro, dando espaço à empatia.

- Destacamos, ainda, entre as nossas diretrizes de prática tradutória decolonial, a prática da “visibilidade do tradutor”, conforme os pressupostos mencionados por Sales Salvador (2006) e Spivak (2002), que comentam a necessidade de se criar, no texto traduzido, intervenções críticas e paratextos, por parte do(a) tradutor(a)¹⁹, com o intuito de colocar em diálogo diferentes vozes que ampliam as visões expressas no texto fonte. Desse modo, tanto o resultado da ação da tradução grupal, da leitura em primeira mão feita por uma equipe especializada quanto todo o processo das múltiplas intervenções fica visibilizado para o receptor no conjunto total de escritas que compõem uma tradução decolonial.

- Concebemos essas práticas não como um exercício natural, individual, comum ao exercício profissional da tradução, mas como uma ação de pesquisa e de aplicação prática de teorias realizada de forma coletiva, colaborativa e formadora, por meio de uma ação intergrupal e interinstitucional, partilhada entre um grupo de sujeitos com

¹⁹ Nesse sentido, é necessário “[...] complementar la traducción con documentación alternativa para facilitar el intercambio cultural entre el público lector y la diferencialidad del original, para ‘intentar dejar hablar al otro’ a través del aparato traductológico (eg. comentario, introducción, nota, glosario, o anexo que acompañe a la traducción)” (Sales Salvador, 2006, p. 27).

habilidades diversificadas para o exercício da prática tradutológica, da leitura crítica, da análise literária, da revisão textual e, finalmente, da análise crítica da tradução.

Considerações Finais

Conceber, hoje, a possibilidade de colocar em prática uma ação de tradução decolonial na América Latina, como uma atividade essencial das universidades públicas como via à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário dos cidadãos latino-americanos é entender o espaço universitário como o ambiente de transformação. Essa via especial de tradução é voltada à revitalização de obras que foram essenciais na trajetória da História da Literatura em nosso continente. Executá-la é colocar vias possíveis de descolonização em curso na caminhada, acentuadamente colonial, desta área em nossas sociedades.

Essas traduções têm seu foco em obras tanto conservadoras quanto críticas e inovadoras, escritas no passado. As suas traduções representam uma via potencial para se revelar ao público leitor brasileiro hodierno como se configuraram, nos séculos passados, os projetos literários acrílicos – exaltadores da colonização e, também, aquelas produções que revelam os enfrentamentos entre a imposição do cânone literário europeu nas colônias americanas e as reações críticas e contrárias a elas nas emergentes nações hispano-americanas. Muitas dessas obras nunca mereceram a atenção das renomadas universidades brasileiras reconhecidas pela sua excelência na área dos estudos de tradução e permanecem até hoje desconhecidas do grande público brasileiro. Esse é o caso da obra *Xicoténcatl* (1826), de autor Anônimo, que traduzimos em 2020, por ser ele o primeiro romance histórico escrito em terras latino-americanas. Conforme expressam Berndt; Del Pozo González e Cerdeira (2021, p. 49),

Xicoténcatl (1826) é uma das obras fundamentais para a compreensão da formação da consciência crítica latino-americana produzida dentro da literatura no continente. Nesse sentido, há evidências, já a inícios do século XIX, na sua diegese, de características que a identificam como produto absorvido do processo antropofágico cultural, resultado de um exercício discursivo de transculturação.

Do mesmo modo, há obras essenciais na historicidade da escrita literária no Brasil que ainda não foram traduzidas as outras línguas de grande circulação na América – como o espanhol, o inglês e o francês –, permanecendo, desse modo, no silenciamento que a

colonialidade lhes imputou desde a sua gênese. Nesse sentido, temos atuado, por exemplo, para levar a um público mais amplo o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e sua notoriedade como o primeiro romance antiescravista escrito por uma mulher negra na América Latina. Na atualidade, esse romance está sendo estudado e traduzido em uma ação decolonial para a língua espanhola e francesa por integrantes de nossa equipe de Tradução Decolonial, unindo as universidades estaduais do Paraná (Unioeste/Cascavel), do Pernambuco (UPE/Petrolina) e da Bahia (UEFS/Feira de Santana), em parceria com a UVIGO e a Universidade de Alicante, ambas da Espanha.

Ressaltamos que a Tradução decolonial não é uma simples postura crítica contra a tradição colonialista que acompanha a trajetória da área no nosso continente. Muito mais do que isso, a tradução decolonial é uma ação decolonial que traz à tona, na atualidade, os processos de territorialização mental e identitária de subjugação potencialmente desenvolvidos pela arte literária a serviço dos colonizadores e seus defensores – que devem ser conhecidos em suas mais eficazes vertentes – quanto aqueles projetos literários antiescravagista, anticoloniais, antirracistas cuja essência escritural é de resistência e de enfrentamento.

Tais obras ficaram soterrados pelo poder colonialista que as empurrou às margens do sistema como ocorreu com as obras que aqui mencionamos, as quais já foram alvos de nossas ações de tradução decolonial. Como elas, centenas de outras ainda repousam nas poeiras da memória e, se depender de nossas ações, lenta, mas gradativamente, elas serão revitalizadas por meio do poder da tradução, como um ato de decolonial, realizado a partir de sujeitos decoloniais, inseridos nos espaços das universidades públicas brasileiras que, de fato e em ações concretas, assumem o seu papel social e político de entidades descolonizadoras.

Referências

ANTUNES, K. de A. **Gabriela, Clove and Cinnamon (1988[1962]), de Jorge Amado: tradução dos marcadores culturais para o inglês – entre a revelação e o ocultamento**. 2022. 272f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XzAQcoFSQ7zwDz03li3xSb0tLheHrDqn/view>. Acesso em: 03 fev. 2026.

AQUINO, A. dos S. **Estudos dos marcadores culturais na tradução para o Espanhol do romance Vidas Secas, de Graciliano Ramos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS,

2022. Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>. Acesso em: 10 fev. 2026.

AUBERT, F. H. Desafios da Tradução Cultural (As Aventuras Tradutórias do Askeladden). **Tradterm**, [s. l.], v. 2, p. 31-44, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49913>. Acesso em: 25 jul. 2025.

AUBERT, F. H. **Indagações acerca dos Marcadores Culturais na Tradução**. São Paulo: Estudos orientais, 2006, p. 23-36. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5011929/mod_resource/content/1/aubert%20-%20marcadores%20culturais.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

BASSNETT, S. **Estudos de tradução**: fundamentos de uma disciplina. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Revisão de Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BENTO, A. K. S. O. **Os marcadores culturais da gastronomia afro-baiana na tradução para o espanhol em Dona flor e seus dois maridos**. 2020. 214f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LJxufRIYcvGYpJgSJAo4tltfTnxJHRz/view>. Acesso em 03 nov. 2025.

BERMAN, A. **A tradução e a letra ou o albergue do longínquo**. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres, Mauri Furlan e Andréia Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET-UFSC, 2007.

BERNDT, J. A; DEL POZO GONZÁLEZ, L. S; OLIVEIRA, M. da S; CANDIDO, W. R. Uma leitura decolonial de Xicoténcatl [1826; 2020]. **A Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 24, n. Esp., p. 280-297, julho de 2023.

BERNDT, J. A; DEL POZO GONZÁLEZ, L. S; CERDEIRA, P. de L. Xicoténcatl (1826) no polissistema latino-americano e a sua tradução: uma reflexão possível do entre-lugar e a desconstrução de Hernán Cortés. **Revista EntreLetras**. Araguaína/TO. V. 12. N. 3. p. 46-67. Set./Dez. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S; GROSFOGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

COSTA, E. C. dos S. **Marcadores culturais na tradução para o espanhol em Casa grande & Senzala**: a fronteira linguístico-sociocultural do domínio ideológico. 139f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jC9ikH6aUaq-ZnZYhJ6gx6Oz7NpjryRz/view>. Acesso em: 04 nov. 2025.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S. **Malinche no espelho das traduções de Xicoténcatl (1826)**: [1999-2013]. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2017. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3452>. Acesso em: 05 jan. 2026.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S. **O Periquitinho Sarnento (2024)**: uma tradução transcultural da obra de José Joaquín Fernández de Lizardi (1816) para o português brasileiro – reflexões sobre o primeiro romance latino-americano. 2024. 1029f. Tese

(Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2024.

DEL POZO GONZALEZ, L. S; FLECK, G. F. Introdução: a tradução no contexto latino-americano – vias para a descolonização – diálogos entre culturas e épocas. In: ANÔNIMO. **Xicoténcatl**: o primeiro romance histórico latino-americano. Tradução de Gilmei Francisco Fleck. Curitiba: CRV, 2020. p. 15- 30.

DEL POZO GONZÁLEZ, L. S; FLECK, G. F. Reflexões sobre o lugar de enunciação e a prática tradutória decolonial latino-americana na tradução de *Xicoténcatl* (Anônimo, [1826] 2020) e *O Periquinho Sarnento* ([1816] 2024). **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 3, n. 65: e11393, p. 1-9 (dez. 2024).

DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001. Disponível em: https://docs.enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/53.Hacia_filosofia_politica_critica.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.

EVEN-ZOHAR, I. The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem. Polysystem studies. **Poetics Today**. [S. l], v. 11, n. 1, p. 45-51, 1990. Disponível em: https://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/Even-Zohar_1990--Polysystem%20studies.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

FLECK, G. F. Tradução e decolonialidade na América Latina. **Revista a Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 24, n. Esp., p. 247-267, julho de 2023. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/9330>.

FREITAS, A. de. Tradução e retradução dos marcadores culturais em **Macunaíma: da análise sociológico-comparativa à contribuição na formação de professores de língua estrangeira**. 212 f. Tese. (Doutorado em Letras/Estudos linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana/BA, 2025.

GREENBLATT, S. **Marvelous possessions**: the wonder of the New World. Chicago: Oxford University Press, 1991.

GROSSFOGUEL, R; MIGNOLO, W. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. In: **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 29-37, jul./dez. 2008.

GROSSFOGUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**. Bogotá. Colombia, n.4: 17-48, enero-junio. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600402>. Acesso em: 18 jan. 2026.

HUTCHEON, L. **Poética do pós-modernismo**: História, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MARTINS, M. A. P. O papel da tradução como força modeladora dos sistemas literários. In: WEINHERDT, M; CARDOSO M. M. (Orgs.). **Centro**, Centros. Literatura e Literatura Comparada em Discussão. Curitiba. Ed. UFPR, 2017. p. 111-125.

MIGNOLO, W. “Uma outra língua” – Mapas da linguística, geografias literárias, paisagens culturais. In: MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade,

saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 297-339.

MIGNOLO, W. Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p. 1-18, junho/2017a.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, PR, 1(1), p. 12-32, 2017b.

NASCIMENTO, G. S. **O sertão traduzido**: Estudo dos marcadores culturais do domínio ecológico em Os Sertões, de Euclides da Cunha. 2018. 263 f. Dissertação (mestrado em estudos linguísticos) – Programa de pós-graduação em estudos linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dOCZvFriRY8IUAN3gcGIe4G9jq9cATRM/view>.

Acesso em 03 nov. 2025.

PAGANO, A. S. América Latina, Tradução e Pós-colonialismo. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4286>.

PEIXOTO, R.; FIGUEIREDO, K. Colonialidade do poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual. In: **Decolonialidade e Sociologia na América Latina**. Orgs. Edina Castro e Renan Freitas Pinto. – Belém: NAEA: UFPA, 2018, p. 127-158.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires:

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. In: **Revista Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, S. V. Os limiares da crítica da tradução na pós-modernidade. In: CARVALHAL, T. F. (org.). **Culturas, Contextos e Discursos**. Limiares críticos do comparatismo. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999. p. 122-137.

ROHDE, M. L. **Manuela Sáenz**: da história às ressignificações ficcionais – um percurso da colonialidade à descolonização e à decolonialidade. 2022. 363 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel-PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6530>. Acesso em: 01 fev. 2026.

SALES SALVADOR, D. Traducción, género y poscolonialismo: compromiso traductológico como mediación y *affidamento* femenino. **Quaderns**. Revista de traducción, [s. l.], n. 13, 2006. p. 21-30. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccio/article/view/51658>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SANTANA, J. M. A. **O castelo desmoralizado**: estudo lexicográfico dos marcadores culturais em Suor de Jorge Amado. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1W8GgDYd2JVO5BcHDLX5P4n93x9YWt6UZ/view?usp=sharing>. Acesso em 04 jan. 2026.

SANTIAGO, S. **Uma Literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, A. de F. **Os marcadores culturais do domínio ideológico na tradução de Macunaíma e o protótipo do glossário bilíngue**. 191 f. Dissertação (Mestrado de Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021. 191f. Disponível em: www.ppgel.uefs.br.

SILVA, D. de C. F. C. **Marcadores culturais na tradução de Gabriela, cravo e canela para a língua espanhola**. 2021. 261 f. Dissertação (mestrado em estudos linguísticos) – Programa de pós-graduação em estudos linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1g_C9y2KPT5UYg1PYu806m5pbYDlRdebo/view. Acesso em: 03 nov. 2025.

SOARES, L. S. **Los marcadores culturales fraseológicos en la traducción portugués-español en la novela *Capitães da areia***. 2021. 141f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos, UEFS, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/108-spQdAfWL2ssKrf5IMKVMJHf58RQGt/view>. Acesso em: 06 jan. 2026.

SPIVAK, G. C. (1). ¿Puede hablar la subalterna? **Asparkia**. Investigación Feminista. [S. l.], n. 13, p. 207-214, 2002. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/asparkia/article/view/871/781>. Acesso em: 25 jul. 2023.

UBER, B. **As Órfãs da Rainha – The Jamestown Brides – Les Filles du Roi: ressignificações literárias dos projetos de inserção da mulher branca na América**. 408 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6529>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VARELA, C. **Cristóbal Colón: textos y documentos completos**. Ed. Consuelo Varela e Juan Gil. 3. ed. Madrid: Alianza, 1997.

VENUTI, L. **The translator's invisibility: a history of translation**. Londres: Translation Studies, 1995.